

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.218 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2000



Em entrevista a Fernando Cesar Mesquita, veiculada pela TV Senado, o cientista Victor Mattos (E) fala da medicina quântica
PÁGINA 6

TV Senado inicia amanhã transmissões em UHF

A TV Senado poderá ser sintonizada em canal aberto, a partir de amanhã, às 11h. Com isso, ela sai do círculo restrito da programação disponível nas TVs por assinatura ou recebida por meio de antenas parabólicas. Inicialmente, as transmissões na frequência UHF serão destinadas ao Distrito Federal e poderão ser captadas pelo canal 51. Em etapa posterior, o sinal poderá ser retransmitido para os mais de cinco mil municípios brasileiros.

PÁGINA 2

CPI do Roubo de Cargas manda prender policiais

Os investigadores Celso dos Santos e Jurandir Lino da Silva, da Delegacia de Crimes contra o Patrimônio de São Paulo, tiveram a prisão decretada na sexta-feira pela comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas.

PÁGINA 5

Agenda da Semana

Senado começa a discutir projetos contra sonegação

PÁGINA 3



CAE: Serra falará sobre importação de genéricos

PÁGINA 4

José Serra, ministro da Saúde, fará sua exposição amanhã, após a votação de vários projetos pela Comissão de Assuntos Econômicos

CAS: NOVAS REGRAS PARA O USO MÉDICO DO SILICONE LÍQUIDO SERÃO DEBATIDAS

PÁGINA 4



José Roberto Arruda, autor da proposta que beneficia o cinema brasileiro

CPI do Futebol: presidente da CBF depõe quarta-feira

PÁGINA 5

Ricardo Teixeira deverá falar sobre o contrato de patrocínio assinado em 1997 entre a CBF e a Nike



CE: PROJETO GARANTE RESERVA DE MERCADO PARA A PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA NACIONAL

PÁGINA 5



CCJ: em análise, benefício para o produtor rural

PÁGINA 5

Luiz Pontes elaborou o projeto que reduz os encargos financeiros dos créditos rurais a empreendimentos nas áreas da Sudam e Sudene

CRE: RELATÓRIO SOBRE RESTRIÇÃO AO PORTE DE ARMA DE FOGO PODE SER VOTADO AMANHÃ

PÁGINA 4

TV Senado inaugura amanhã transmissão em canal aberto

Programação será captada em UHF no Distrito Federal pelo canal 51. Em etapa posterior, o sinal poderá ser retransmitido para todo o país

A partir de amanhã, às 11h, a TV Senado poderá ser sintonizada em canal aberto, saindo do círculo restrito da programação disponível nas TVs por assinatura ou recebida por meio de antenas parabólicas. Inicialmente as transmissões na frequência UHF serão destinadas ao Distrito



Antonio Carlos estará presente à inauguração dos novos equipamentos

Federal e poderão ser captadas pelo canal 51. Em etapa posterior, o sinal poderá ser retransmitido para os mais de cinco mil municípios brasileiros – cerca de 500 câmaras municipais e prefeituras já se mostraram interessadas em firmar convênio para receber a TV Senado.

A inauguração do canal 51 se dará em solenidade no local onde está

instalado o novo transmissor, no quilômetro 06 da DF-001 Sul, próximo ao Posto Colorado. Estarão presentes o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. A torre onde está sendo instalado o equipamento de transmissão da TV Senado será compartilhada pela TV Câmara, que também passará a operar com sinal aberto, no canal 27.

Conforme os técnicos da TV Senado, a sintonia do canal 51 é automática para a maioria dos aparelhos hoje em operação. Caso o aparelho seja muito antigo, o telespectador terá de comprar um sintoni-

zador de UHF por aproximadamente R\$ 30. O transmissor, que tem potência de 160 quilowatts, está sendo programado para levar aos dois milhões de telespectadores do Distrito Federal a melhor imagem possível, mas a qualidade da transmissão ficará sujeita à distância entre o aparelho receptor e a torre.

O início das transmissões com sinal aberto é mais um passo para a ampliação do acesso às informações sobre as atividades do Senado. No dia 19 de outubro, a TV Senado passou a estar disponível na chamada Banda C do Satélite Brasilsat B-1, gerenciado pela Embratel, elevando o alcance da emissora para um universo de 44 milhões de telespectadores. Com isso a TV Senado passou a operar simultaneamente nas áreas analógica e digital do satélite B-1, mais que triplicando o seu alcance anterior.

População elogia ampliação do alcance da emissora

A transmissão da TV Senado via satélite por meio de sinal analógico tem obtido boa repercussão entre os proprietários de antenas parabólicas. Dos mais variados pontos do país, principalmente do interior, telespectadores ligaram para a central de atendimento 0800 do Senado para manifestar-se sobre a qualidade da imagem e do som e elogiar a ampliação das transmissões.

Entre 19 de outubro, data em que o sinal analógico começou a ser distribuído, e 6 de dezembro, os atendentes do 0800 registraram 660 ligações, 614 das quais, ou 93%, tratando da nova modalidade de veiculação da TV Senado. Por iniciativa própria ou atendendo a pedido expresso em chamada inserida na programação, os telespectadores inicialmente fizeram observações sobre a boa ou má recepção da transmissão. Reclamações sobre imagens em

preto e branco ou com chuvisco e também deficiências de áudio orientaram os técnicos da TV nos ajustes necessários. Pouco a pouco, as mensagens com reclamações foram sendo substituídas por elogios à transmissão.

– Desejo agradecer a perfeita recepção da TV Senado – disse Ronaldo Luciano Santos, de Timbaúba (PE), no dia 25 de outubro.

Santos é um entre muitos brasileiros que recorrem à modalidade mais econômica de recepção de TV por satélite. Enquanto uma parabólica do tipo analógica custa cerca de R\$ 350, a antena digital custa cerca de R\$ 2 mil e a assinatura de serviços como SkyTV ou DirecTV exige de R\$ 200 a R\$ 400 pela adesão mais mensalidade em torno de R\$ 70.

– A transmissão analógica é de grande importância para a população, principalmente para o homem

do campo, que pode acompanhar as propostas e idéias dos políticos – disse José Dimas de Oliveira, de Santo André, na Paraíba, em ligação feita também no dia 25 de outubro.

Muitas mensagens têm chegado à emissora por e-mail. Num deles Ricardo Bahiene Almeida – não informou de onde escrevia – disse que a transmissão analógica “mostra o quanto o Senado está empenhado em oferecer total transparência sobre suas atividades”.

Por carta, Roberto Pezzi, de Santa Maria (RS), afirmou que “a inclusão da TV Senado na parabólica é uma grande vitória”. O telespectador Frederico Bonnenberger, de Vera Cruz (RS), disse, também por carta, que “foi uma ótima idéia colocar a TV Senado no Brasilsat-1 para que mais pessoas possam assistir a este canal de televisão que se identifica com a democracia nacional”.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

ESPECIAL

17h – Abertura da I Semana Interna de Engenharia de Segurança, Saúde e Higiene do Trabalho. Auditório Petrônio Portella

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário do Laudo Arbitral do presidente da Confederação Suíça que fixou as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa, pelo qual o Brasil incorporou definitivamente ao seu território cerca de 200 mil quilômetros quadrados.

Pauta: entre outros, PR nº 79/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações; PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; PDL nº 40/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Regulares, celebrado entre o Brasil e a Suíça; PDL nº 124/2000, que aprova o texto do Acordo entre o Brasil e o México de Cooperação entre as Academias Diplomáticas; PDL nº 206/2000, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Cequeirense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cequeira César (SP); PR nº 77/2000, que cria, no âmbito do Senado, a Universidade do Legislativo Brasileiro.

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

1ª Parte

Pauta: entre outros, PRs nºs 75 e 78, de 2000, que alteram a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento dos serviços da dívida dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; Mensagem nº 215/2000, que solicita ao Senado autorização para a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 19,1 milhões, de principal, entre o Brasil e o Hungarian Export-Import Bank, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional; turno suplementar de discussão do substitutivo oferecido ao PLS nº 601/99, que dispõe sobre a isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda; PLS nº 123/2000, que estabelece restrições à alteração de Lei de Diretrizes Orçamentárias; PDL nº 181/2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global Environment Facility (GEF) Reestruturado, com contribuição inicial equivalente a Direito Especial de Saque (DES) de quatro milhões; PLS nº 167/99, que dispõe sobre alterações de alíquotas do Imposto de Importação; emendas de plenário oferecidas ao PLS nº 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; Mensagem nº 245/2000, que propõe seja autorizada operação de crédito externo, no valor de US\$ 285 milhões, entre o Brasil e os Bank Hapoalim B.M., Bank Leumi Le-Israel e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), para financiamento do Programa de Modernização das Aeronaves F5.

Pauta Extra

Ofício nº 61/2000, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do estado do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total de R\$ 222,8 milhões, destinada ao financiamento do Programa de Expansão e Recuperação do Metrô/RJ, com recursos do FAT; e PR nº 74/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, para dispensar tratamento especial às operações de crédito realizadas por autarquias prestadoras de serviços de saneamento.

2ª Parte

Exposição do ministro da Saúde, José Serra, sobre a importação de medicamentos genéricos.

Após a Ordem do Dia

Pauta: entre outros, PLC nº 112/2000, altera o art. 11 da Lei nº 9.311/96 (utilização pela Secretaria da Receita Federal de informações relativas à CPMF para verificação da existência e lançamento de crédito tributário); PLC nº 114/2000, altera dispositivos da Lei nº 5.172/66 – Código Tributário Nacional (incluindo dispositivos sobre limitações do poder de tributar, critérios sobre extinção e suspensão de exigibilidade de crédito tributário e flexibilidade do sigilo fiscal). Ala Senador Alexandre Costa – sala 19

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: votação de créditos suplementares. Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: entre outros, PLS nº 118/2000, altera dispositivos da Lei nº 8.401/92, que dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma posta em comércio; PLS nº 448/99, altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424/96, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, parágrafo 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: entre outros, Mensagem nº 238/2000, submete o nome de Jório Salgado Gama Filho para o cargo de embaixador na África do Sul; Mensagem nº 242/2000, submete o nome de Helder Martins de Moraes para embaixador na Ucrânia; Mensagem nº 243/2000, submete o nome de Oto Agripino Maia para, cumulativamente com o cargo de embaixador junto à Santa Sé, exercer junto à Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta; Mensagem nº 244/2000, submete o nome de Luiz Antônio Jardim Gagliardi para ocupar, cumulativamente com o cargo de embaixador junto à Noruega, o posto na Islândia. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 5

Após a Ordem do Dia – Subcomissão do Cinema Brasileiro

Pauta: votação do relatório final. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kolume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado começará a discutir amanhã medidas de combate à sonegação fiscal

Os três projetos que entrarão em pauta integram o acordo feito entre o governo e líderes no Congresso para permitir a elevação do salário mínimo para R\$ 180, a partir de abril de 2001

Os senadores começam a discutir amanhã os três projetos de combate à sonegação que fazem parte do acordo firmado entre o Palácio do Planalto, os líderes partidários e o relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), para financiar o aumento do salário mínimo para R\$ 180.

No final da tarde de amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) terá reunião extraordinária, quando serão discutidos os dois primeiros projetos — o que permite o uso de dados de recolhimento da CPMF pela Receita para iniciar processos administrativos e o que pune a elisão fiscal (uso abusivo de brechas da lei para reduzir o Imposto de Renda a pagar). Eles serão relatados por José Alencar (PMDB-MG) e Bernardo Cabral (PFL-AM).

À tarde, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também fará reunião extraordinária, na qual Jefferson Péres (PDT-AM) apresentará seu parecer sobre o projeto que regulamenta o sigilo bancário, dando prazo de até seis dias para que a Justiça se pronuncie sobre pedidos de acesso, pela Receita Federal, às movimentações bancárias de suspeitos de sonegação.

Os três projetos, já aprovados pela Câmara, devem ser votados pelo Plenário na tarde de quarta-feira, conforme acordo entre os líderes dos

partidos governistas no Senado. O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), acredita que todas as propostas serão enviadas à sanção presidencial ainda nesta semana. Arruda informou que, por acordo, as matérias não terão qualquer alteração no Senado.

Arruda informou que Jefferson, que relatou o projeto original sobre sigilo bancário, de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), concordou em relatar o substitutivo que retornou da Câmara, onde recebeu várias modificações. “Os senadores Lúcio Alcântara e Jefferson Péres concordaram que é melhor ter um passarinho na mão que dois voando”, afirmou Arruda, ao comentar as mudanças que os deputados fizeram na regulamentação do sigilo bancário.

O projeto de Alcântara dava à Receita acesso direto às movimentações bancárias de suspeitos de sonegação, possibilidade eliminada pelo texto substitutivo aprovado pelos deputados.



Os senadores examinarão os projetos que punem a elisão fiscal e permitem à Receita abrir processos com base no recolhimento da CPMF e quebrar o sigilo bancário de contribuintes

Plenário vota novas exigências de segurança para botijões de gás

O Senado vota amanhã o projeto de lei da Câmara que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e fazer constar no lacre a data de engarrafamento e o peso do gás. As empresas ficam também obrigadas a requalificar seus botijões a cada cinco anos e a fazer constar deles a data da requalificação.

Além disso, elas terão a responsabilidade de verificar o estado geral dos botijões, as deformações na sua estrutura, o grau de corrosão e o estado da pintura, sempre que forem recarregá-los. O projeto também lista as penalidades a que estarão sujeitas as empresas que descumprirem suas responsabilidades.

Deve ser votado também o projeto de resolução que cria a Universidade do Legislativo Brasileiro (UniLegis). O relator na Comissão de Educação, José Fogaça (PMDB-RS), que ofereceu parecer favorável, disse que o objetivo da UniLegis será a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Segundo ele, a instituição deverá ser flexível o suficiente para promover cursos, ciclos de estudos e de debates, conferências e

simpósios, além de desenvolver linhas de investigação científica. Fogaça afirmou que a criação da UniLegis reflete o processo de modernização por que passa no momento o Senado.

Os senadores destinarão a Hora do Expediente a comemorar o centenário do laudo arbitral do presidente da Confederação Suíça, que fixou as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa. Graças ao laudo, o Brasil incorporou definitivamente ao seu território cerca de 200 mil km². A homenagem foi requerida por José Sarney (PMDB-AP), um dos oradores da sessão, assim como Sebastião Rocha (PDT-AP) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Em regime de urgência, o Plenário votará projeto dos senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES) que permite a utilização da receita proveniente da antecipação de royalties na amortização de dívidas junto à União.

Na quarta, será votado o pedido de empréstimo de US\$ 69,6 milhões do governo da Bahia ao Banco Mundial (Bird). O dinheiro se destinará ao setor educacional da Bahia. Na quinta-feira, o Congresso elege a comissão que vai representá-lo durante o recesso.



José Fogaça relatou a criação da UniLegis, outra matéria da pauta

Vai à Câmara proposta que beneficia gestantes

Foram encaminhados quinta-feira para análise da Câmara dos Deputados três projetos aprovados terminativamente pela Casa. Um deles, de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), proíbe o uso da expressão “boa aparência” nos anúncios de emprego e de recrutamento de pessoal.

O projeto de Geraldo Cândido obriga ainda que seja informado pelos recrutadores o número de vagas disponíveis e as qualificações exigidas para a função.

A proposta, aprovada por unanimidade na CCJ, recebeu parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que concordou com a ideia do autor de que a expressão é discriminatória.

Outro projeto encaminhado à Câmara dos Deputados é o que assegura à empregada gestante demitida sem justa causa o pagamento de até cinco meses de salários e demais vantagens, do senador Luiz Pontes (PSDB-CE).

A matéria, aprovada pelos integrantes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), recebeu parecer favorável da relatora, senadora licenciada Marina Silva (PT-AC). Ela comentou que a medida amplia a proteção contra demissões arbitrárias e resguarda o direito ao trabalho das gestantes.

Também foi enviado à Câmara dos Deputados projeto aprovado de forma terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de autoria da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), que amplia os objetivos das entidades não governamentais que prestam serviços voluntários, especialmente aquelas destinadas ao assessoramento jurídico, orientação e assistência às mulheres vítimas de violência.



Cândido propôs o fim da expressão “boa aparência” em anúncios de emprego

OS PROJETOS CONTRA SONEGAÇÃO QUE O SENADO VOTARÁ

CONTEÚDO DO PROJETO	COMO É HOJE	TRAMITAÇÃO E RECEITAS
PLS 219/95 - Autoriza a Receita a pedir quebra de sigilo bancário de suspeitos de sonegação. O projeto original saiu do Senado e dava poderes à Receita para ver as movimentações bancárias dos suspeitos. Na Câmara, foi aprovado substitutivo do deputado Ney Lopes, que impede o acesso direto. Pelo novo texto, a Receita é obrigada a pedir autorização judicial e o juiz terá 72 horas para se manifestar	A Receita não tem esse poder. Só pode pedir quebra de sigilo bancário depois de comprovado, em processo administrativo, que há sonegação de impostos	Projeções dos economistas do Congresso calculam que renderá R\$ 9 bilhões por ano, sendo R\$ 2 bilhões repassados aos estados e municípios. O Executivo admite que a arrecadação subirá, mas não deve passar de R\$ 1,2 bilhão. Se os senadores não concordarem com o substitutivo e fizerem mudanças no projeto, a matéria voltará à Câmara. Se concordarem, vai à sanção do presidente da República
PLC 114/2000 - Pune a elisão fiscal, ou seja, o uso premeditado de planejamento fiscal para redução de IR a pagar, como criação, compra ou venda de empresas ou subsidiárias	Os fiscais constatarem a elisão fiscal, mas nada podem fazer. Se aprovado o projeto, o “Leão” cobrará o imposto	Projeto enviado ao Congresso pelo Executivo, a pedido da CPI do Sistema Financeiro, do Senado. Na Câmara, por acordo foram derrubados vários artigos, inclusive um que limitava a um ano as liminares contra pagamento de impostos. Sem projeções sobre receitas.
PLC 112/2000 - Dá à Receita autorização para usar informações de recolhimentos de CPMF e verificar se a pessoa ou empresa sonegou e, com isso, iniciar processo administrativo de cobrança	Hoje os fiscais sabem quem movimentou grandes somas nos bancos, mas não podem iniciar investigação	Não há previsão sobre receitas, mas a SRF constatou que 464 mil empresas nada declararam em 98, mas depositaram nos bancos R\$ 162 bilhões. 210 mil pessoas movimentaram R\$ 90 bilhões, mas nada declararam

Serra explica na CAE a importação de genéricos

Antes de ouvir o ministro da Saúde, amanhã, comissão vota empréstimos externos destinados ao reequipamento da Força Aérea Brasileira e ao Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional

O ministro da Saúde, José Serra, deve explicar amanhã aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a política do governo brasileiro para a importação de medicamentos genéricos. A audiência pública foi requerida pelo presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O ministro fará sua exposição após a votação de vários projetos incluídos na pauta da reunião, prevista para começar às 10 horas. Entre os 13 itens a serem votados estão três empréstimos externos que dependem de autorização do Senado Federal. Dois deles referem-se à compra e à modernização de aviões de combate.

O maior empréstimo, no valor total de US\$ 285 milhões, destina-se ao Programa de Modernização das Aeronaves F5, incluído no Plano de Reequipamento da Força Aérea Brasileira. O dinheiro será emprestado ao Brasil pelos bancos Hapoalim B.M., Leumi Le-Israel e Bilbao Vizcaya Argentaria – BBVA. O relatório do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) é favorável ao empréstimo.

O segundo empréstimo, de US\$ 90 milhões, destina-se a financiar parcialmente a compra do terceiro



Ney Suassuna, presidente da CAE, requereu a audiência pública com José Serra

lote de AM-X, caça a jato subsônico produzido conjuntamente pelo Brasil e a Itália. O dinheiro será emprestado ao Brasil pelo Ente Financeiro Interbancário SpA (Efibanca). O voto do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é favorável.

O terceiro empréstimo a ser analisado pela CAE é de US\$ 19,125 milhões para o financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). O dinheiro será emprestado ao Brasil pelo Hungarian Export-Import Bank. A proposta também tem parecer

favorável de Wellington Roberto.

A Comissão de Assuntos Econômicos deve votar ainda o projeto de decreto legislativo que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global, o Global Environment Facility – GEF. Para participar do fundo e ter assento em seu conselho, o Brasil deverá desembolsar US\$ 4 milhões. O projeto, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, tem parecer favorável do relator, senador Pedro Piva (PSDB-SP). A proposta entrou em pauta na última reunião, mas teve vista coletiva concedida aos membros da comissão.

Também é de Wellington Roberto o parecer favorável ao projeto que isenta temporariamente da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os transportadores autônomos na compra de caminhões para transporte de mercadorias e cargas. O projeto é do senador Moreira Mendes (PFL-RO).

A comissão pode votar ainda os projetos de lei que suspendem, por um ano, os pagamentos do serviço da dívida de Pernambuco e de Alagoas. Os projetos de resolução têm parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

CAS examina regras para uso médico de próteses de silicone

Novas regras para o uso médico das próteses de silicone estão em debate esta semana no Senado. Substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) a projeto sobre o assunto estará na pauta de discussão da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) desta quarta-feira, às 9h. O senador é pela proibição do uso médico do silicone líquido, com permissão apenas para a oftalmologia, em casos de descolamento de retina.

O substitutivo ao projeto dos deputados Miro Teixeira e Cidinha Campos determina ainda que os pacientes que forem submetidos à cirurgia de implante de prótese de silicone devem ser informados das vantagens e dos riscos do procedimento e assinar um documento autorizando a cirurgia.

Outra proposta que será examinada na reunião é a que permite aos hospitais universitários a destinação de parte dos seus leitos a

pacientes que se disponham a pagar pela assistência prestada. O objetivo da proposta, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é possibilitar a captação de recursos para essas instituições.

A matéria, que recebeu parecer favorável do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), teve seu substitutivo apreciado em turno suplementar e volta agora para apreciação das emendas. No dia 22 de setembro, o projeto foi aprovado com votos contrários da senadora Heloísa Helena (PT-AL) e dos senadores Júlio Eduardo (PV-AC) e Tião Viana (PT-AC).

Constam ainda da pauta da CAS o projeto que concede o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores sazonais, aos safristas e aos contratados por prazos curtos. De acordo com o autor da proposta, senador Geraldo Althoff, a legislação que rege a concessão do seguro-desemprego apresenta inúmeras lacunas. O



Rocha defende a proibição do uso médico do silicone líquido, com exceção para a oftalmologia

relator é o senador Lúcio Alcântara, que apresentou parecer favorável.

Em turno suplementar, os senadores também vão examinar a proposta que institui normas reguladoras do trabalho rural, de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG). No último dia 6, a matéria foi aprovada, com votos contrários dos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ), Tião Viana, Sebastião Rocha, Júlio Eduardo e Heloísa Helena.



Pedro Piva propõe a permissão de venda e posse, proibindo apenas o porte de armas

CRE volta a discutir propostas de restrição às armas de fogo

Em reunião amanhã, às 17h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa o relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre três projetos de lei que buscam restringir a venda de armas de fogo no Brasil. A matéria tramita no Senado desde janeiro, mas a falta de acordo entre os senadores da base governista vem adiando sua votação.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o substitutivo aprovado, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), determina a proibição da venda de armas, com exceções feitas às Forças Armadas, polícias e colecionadores, entre outros. Já o relatório de Piva, que também apresenta substitutivo, permite a venda e a posse, proibindo apenas o porte de armas.

A proposta, anunciada pelo governo como uma das medidas capazes de diminuir a criminalidade no país, somente segue para o Plenário depois de votada na CRE. Mas os projetos podem voltar para nova avaliação na CCJ, caso os senadores entendam que há indícios de inconstitucionalidade tanto nas propostas originais como no substitutivo de Calheiros.

Os projetos originais, dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Gerson Camata (PMDB-ES) e do ex-senador Djalma Falcão, proíbem o comércio de armas. A proposta de Ar-

ruda, líder do governo, é idêntica à encaminhada pelo Executivo à Câmara, e permite apenas a venda de armas para as Forças Armadas e policiais. O substitutivo de Calheiros, fruto de acordo, abriu outras exceções, como a possibilidade de aquisição de armamentos por colecionadores e moradores da zona rural.

EMBAIXADORES

Além de examinar sete itens da pauta, a CRE também realiza na reunião de amanhã quatro sabatinas, seguidas de votações secretas, para decidir sobre indicações de novos embaixadores pelo presidente da República. Jório Salgado Gama Filho foi indicado para exercer o cargo na África do Sul; Hélder Martins de Moraes, na Ucrânia; Oto Agripino Maia, em Malta; e Luiz Antônio Jardim Gagliardi, na Islândia.

Os integrantes da CRE, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), também votam parecer de Pedro Piva, favorável ao texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e os Países de Língua Portuguesa, assinado em 1998. Parecer do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), favorável ao comunicado de formação do Grupo Parlamentar Canadá-Brasil, completa a pauta da comissão. Na ocasião, serão conhecidos os nomes dos componentes do Grupo Parlamentar, tanto do Senado Federal como da House of Commons, do Canadá.

CPI do Roubo de Cargas decreta prisão de policiais

Os investigadores Celso dos Santos e Jurandir Lino da Silva, da Polícia Civil de São Paulo, devem ser enquadrados no crime de falso testemunho

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas no país decretou na madrugada de sexta-feira a prisão dos investigadores Celso dos Santos e Jurandir Lino da Silva, da Delegacia de Crimes contra o Patrimônio (Depatri) de São Paulo.

Os policiais não conseguiram convencer os parlamentares de que seriam inocentes das denúncias apresentadas. Agora, deverão ser enquadrados no crime de falso testemunho.

Pela manhã, a CPI ouviu cinco empresários que trabalham com o transporte de cargas pesadas. Eles foram unânimes em reclamar dos roubos constantes e da dificuldade de reaver os veículos.

Um deles, Ricardo Arrivabene, relatou dificuldades de liberação por parte da Polícia Civil dos equipamentos roubados, apesar de o empresário possuir toda a documentação que comprova a posse.

Arrivabene levantou a suspeita de que algumas empresas se-



O senador Romeu Tuma (C), presidente da CPI, durante a reunião realizada na Assembléia Legislativa de SP

guradoras teriam interesse na manutenção desse tipo de crime, em virtude dos lucros auferidos com a venda dos ve-

ículos e cargas roubadas.

As informações são da Assessoria de Imprensa da Assembléia Legislativa de São Paulo.

CCJ pode reduzir encargos de projetos da Sudam e da Sudene

Em reunião convocada para quarta-feira, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará oito matérias. Entre elas, o parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto que reduz os encargos financeiros nos créditos rurais concedidos



Moreira Mendes sugeriu mudança na lei eleitoral

para empreendimentos nas áreas das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

Apresentada pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE), a proposta determina que não poderão ser concedidos três percentuais-limites das taxas e índices vigentes nas demais regiões do país, distribuídos de acordo com as seguintes categorias de beneficiários: os encargos devidos a créditos concedidos a mini e pequenos produtores não poderão ser superiores a 40% dos índices vigentes nas outras regiões do país; os destinados a médios produtores, 60%; e a grandes produtores, 80%.

Segundo Pontes, a infra-estrutu-

ra precária das regiões Norte e Nordeste, assim como as condições inadequadas de absorção de tecnologias e comercialização das safras, implicam diminuição significativa na produtividade das atividades agropecuárias.

O resultado, diz ele, é que as taxas de retorno dos investimentos feitos com os créditos "são muito menores nas áreas da Sudam e da Sudene". Ele ressalta que, com a uniformização dos encargos financeiros para todo o país "ocorreu forte redução de demanda de créditos, com graves repercussões sobre o desenvolvimento setorial".

Também consta da pauta projeto da Câmara que altera o Código de Trânsito Brasileiro e determina que, para obter a Carteira Nacional de Habilitação, os motoristas profissionais deverão realizar exame psicológico obrigatório.

A CCJ deve retomar o exame de projeto de lei complementar que prevê a cassação do registro da candidatura ou a perda do man-

dato por transgressão às normas relativas à arrecadação e à aplicação de recursos financeiros destinados às campanhas eleitorais.

O projeto de lei complementar é substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) à proposta do senador Moreira Mendes (PFL-RO), originalmente não complementar e com modificação que incidia sobre a Lei Eleitoral de 1997.

Conforme observou o relator em seu parecer, no entanto, "a Lei Eleitoral não pode estabelecer a sanção da perda de mandato, com a conseqüente imposição da pena de inelegibilidade por certo tempo". Por isso, Amir Lando apresentou substitutivo em que manteve a intenção do autor, mas por meio de modificação da Lei das Inelegibilidades, de 1990, em seu artigo 19. A mudança prevê que tais transgressões deverão ser apuradas pelo corregedor-geral e pelos corregedores regionais eleitorais.

Em decisão terminativa, a CCJ examinará, ainda, parecer favorável de Roberto Freire (PPS-PE) a projeto que atualiza o conceito de terras de marinha, apresentado por Paulo Hartung (PPS-ES).

Ricardo Teixeira depõe na quarta sobre contratos da CBF

O presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, depõe quarta-feira, após a Ordem do Dia, na comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro. Entre outros assuntos, ele deverá falar sobre o contrato de patrocínio firmado em 1997 entre a CBF e a Nike, que inclui apoio logístico e material esportivo para a Seleção Brasileira.

A CPI do Futebol está recebendo as informações repassadas pelo Banco Central (BC) em decorrência da quebra do sigilo bancário da CBF. Em depoimento prestado à CPI do Futebol na última quinta-feira, o empresário José Hawilla, dono da Traffic, revelou que Ricardo Teixeira foi quem abriu a

CBF aos contratos de patrocínio.

Hawilla acrescentou que o crescimento do marketing esportivo levou a CBF a firmar contratos similares aos de países como a Holanda, França, Inglaterra e Argentina. Hawilla disse ser amigo de Teixeira e avaliou a renda média anual da CBF, por força desses contratos, em cerca de US\$ 16,5 milhões. Foram aprovados requerimentos convocando para depor os ex-sócios da Traffic Cyro José e Paulo Roberto da Silva.



O senador Geraldo Althoff é o relator da CPI do Futebol

CI inaugura amanhã galeria dos ex-presidentes da comissão

Será inaugurada amanhã a galeria dos ex-presidentes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A atual presidente, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), espera contar com a presença dos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer.

Também foram convidados os ministros de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, que falará sobre os desafios no setor elétrico;

dos Transportes, Eliseu Padilha; das Comunicações, Pimenta da Veiga; e do Meio Ambiente, Sarney Filho, além de todos os diretores das agências reguladoras. A cerimônia está marcada para as 18h.



Emilia Fernandes preside a Comissão de Infra-Estrutura

CE vota proposta de reserva de mercado para cinema nacional

Uma reserva de mercado para a produção audiovisual brasileira é o que propõe projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que a Comissão de Educação votará amanhã, a partir das 11h30. A intenção é evitar a atual predominância da produção norte-americana, que inclui, segundo Arruda, em grande parte, obras de baixo nível artístico e que trazem um avalanche de violência e erotismo.

O projeto, relatado favoravelmente pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), determina a exibição de longa-metragens nacionais por pelo menos 48 dias ao ano, durante oito anos, até que se alcance o índice de 90 dias ao ano, durante dois anos.

A proposta também trata do mercado de vídeo, exigindo que pelo menos 15% dos acervos das locadoras sejam compostos por produtos brasileiros. Nos dois úl-

timos anos, dos dez de vigência da lei, a cota mínima de vídeos nacionais deve chegar a 30%.

— Urge consolidar o espaço para exibição e comercialização da filmografia nacional, assegurando seu direito de ocupação no mercado e diminuindo o impacto que o monopólio norte-americano tem produzido em nossa produção cultural — afirma Arruda.

Na mesma reunião, a comissão continua os debates sobre o Plano Nacional de Educação. Na pauta, requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), que propõe a realização de audiência pública sobre o tema.



O senador Freitas Neto preside a Comissão de Educação

Assistência psicológica a doentes de câncer é tema da TV Senado

A psicologia no tratamento do câncer é tema de debate que a TV Senado exhibe hoje. As psicólogas Adeane Fleury e Maria Tereza Rebelo falam do trabalho voluntário que desenvolvem no Hospital Universitário de Brasília com doentes e equipes de tratamento do câncer. O objetivo é realizar um acompanhamento psicológico dos pacientes, que hoje é obrigatório em todos os hospitais, desde o diagnóstico até o final do tratamento, além de assessorar médicos e enfermeiros. A exibição do debate está prevista para a 1h,

6h30 e 19h30 de hoje, com reprise na sexta-feira, à 1h.

Também hoje, a TV Senado apresenta entrevista com o senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre a fiscalização das atividades da Agência Brasileira de Inteligência. O senador defende o monitoramento da agência pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Para ele, a medida seria suficiente para evitar excessos. A entrevista vai ao ar às 3h30, 7h30 e 20h30, com reprise na terça, às 9h30 e 18h30.



Victor Mattos (E), em entrevista a Fernando Cesar Mesquita, alertou para a escassez de oxigênio na atmosfera

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Síntese* – A prof.^a Sonia Penin e o prof. Francisco Cordão falam sobre educação técnica
7h30 – *Entrevista* – Sen. Nabor Júnior fala sobre a política de preços de remédios
8h – *Especial* – Gustavo Capanema
8h30 – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – Caicó (RN)
9h – *Entrevista* – Marcos Manhães Marins, cineasta, fala do filme *Chateaubriand, Cabeça de Paraiba*
9h30 – Comissão de Assuntos Sociais (gravado)
11h – *Entrevista* – Victor Mattos, bioengenheiro, fala sobre a Medicina Quântica
12h – *Entrevista* – Sen. Nabor Júnior fala sobre a política de preços de remédios
12h30 – *Revista Brasília* – nº17
13h30 – *Debate* – A prof.^a Adeane Fleury e a psicóloga Maria Tereza Rebelo falam da psicologia no tratamento do câncer
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
18h30 – *Entrevista* – Marcos Manhães Marins, cineasta, fala do filme *Chateaubriand, Cabeça de Paraiba*
19h – *Cores do Brasil* – Paraíba
19h30 – *Debate* – A prof.^a Adeane Fleury e a psicóloga

Maria Tereza Rebelo falam da psicologia no tratamento do câncer

20h30 – *Entrevista* – Sen. Nabor Júnior fala sobre a política de preços de remédios
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após – *Revista Brasília*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência: 3.644,4 MHz
- Freqüência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica – Sistema Analógico:

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Freqüência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Bioengenheiro prevê fim de doenças com medicina quântica

Em entrevista à TV Senado, especialista afirma que o corpo humano, antes de ser um complexo bioquímico, tem uma composição biofísica

“A medicina quântica em breve estará dando fim a doenças atualmente consideradas incuráveis”, afirmou o cientista Victor José Freire Mattos, especialista em bioengenharia, ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, no programa *Entrevista Especial* que foi ao ar pela TV Senado no último fim de semana. De acordo com o bioengenheiro, com formação em medicina, o corpo humano, antes de ser um complexo bioquímico, tem uma composição biofísica. Este é o enfoque da medicina quântica, cujas pesquisas têm o objetivo de trazer para a medicina convencional as descobertas do campo da física.

“A nutrição é a principal forma de manutenção da saúde”, afirmou Victor Mattos. Ele explicou que o organismo humano necessita de vários suprimentos minerais para subsistir. Em especial, o cobre, o cromo, o selênio e o co-

balto. O bioengenheiro defende a tese de que a boa saúde depende da manutenção do equilíbrio físico destes elementos.

Ele alertou para a escassez de oxigênio, cujo percentual, na atmosfera, tem diminuído sensivelmente. Segundo Victor Mattos, em vez de 21%, que é a quantidade ideal, a média de ocorrência de oxigênio tem estado em torno de 19%. Isso tem comprometido a saúde da população e teria uma relação direta com o aumento da incidência de câncer.

Victor reforçou a noção de que os aspectos de ordem emocional e psicológica interferem de forma intensa no bom funcionamento do sistema imunológico do organismo. “No conflito de uma idéia e uma vontade, sempre triunfa a idéia”, disse, explicando que o doente precisa deixar de pensar continuamente na doença contra a qual está lutando.

Partindo de seus estudos na medicina quântica, Victor Mattos procura explicar alguns fenômenos considerados espirituais. De acordo com o cientista, pessoas que tenham “dons xamânicos”, com excesso de sensibilidade, tendem a apresentar sérias enfermidades. Ele também tem desenvolvido equipamentos, ainda em fase experimental, para reverter ou impedir o aparecimento de doenças.

Formado pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com doutorado em Neurofisiologia pela Universidade de Sorbonne, na França, Victor Mattos tem especialização em Neuropsicologia e Psicofisiologia, na própria UFRJ, e em Medicina Quântica Integral, na Argentina. Ele já lecionou na Universidade Católica da Bahia e no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP).

Senado promove semana de segurança no trabalho

O Senado promove, de hoje a sexta-feira, a I Semana Interna de Engenharia de Segurança, Saúde e Higiene do Trabalho. O objetivo do encontro é a troca de experiências e conhecimentos de profissionais que atuam no setor, como forma de melhorar a qualidade de vida dos funcionários do Senado. Simultaneamente ocorre o I Seminário Nacional sobre Segurança Legislativa.

A abertura dos trabalhos acontece hoje, às 10h, no Auditório

Petrônio Portella, com uma mesa-redonda na qual serão abordadas doenças associadas aos hábitos da vida moderna, como a hipertensão arterial, tabagismo, diabetes e obesidade. Participam dos debates a cardiologista Antoniette Blackman, a pneumologista Elizabeth Rocha e Silva, e a endocrinologista Mônica Hubinger. A partir de amanhã até sexta-feira, as reuniões ocorrerão em salas da Ala Alexandre Costa, com o tratamento de questões como a Enge-

nharia da Segurança do Trabalho.

Para o último dia de encontro está prevista mesa-redonda sobre dependência química, doenças gastrointestinais e estresse, além de palestra sobre relações humanas no trabalho. A I Semana Interna de Engenharia de Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho é uma promoção das subsecretarias de Assistência Médica e Social, de Segurança Legislativa, de Engenharia e do Instituto Legislativo Brasileiro.

Ademir defende recuperação salarial para servidores

Senador manifesta preocupação especial com os professores universitários e aponta política deliberada de destruição do ensino superior público

Ao condenar a política de não reajuste salarial dos servidores públicos de modo geral, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu a inclusão, na proposta de lei orçamentária para o ano 2001, dos recursos necessários ao reajuste para os servidores, particularmente os professores universitários.

O senador, em concordância com editorial publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, considerou que está em curso uma política deliberada de destruição da universidade pública, cujo sintoma mais evidente estaria, a seu ver, na "evasão de cérebros" provocada pelos baixos salários. Os salários dos professores públicos das universidades deveriam, na opinião do senador, ser no mínimo compatíveis com os que estão sendo pagos no mercado privado, principalmente considerando que as universidades públicas contam com quadro docente bem mais qualificado.

— Na região amazônica, onde as universidades públicas têm

Para Ademir Andrade, baixos salários estão gerando "evasão de cérebros" das universidades públicas



um peso maior na educação superior, essa defasagem salarial entre as instituições públicas e o mercado de trabalho privado tem um reflexo ainda mais desastroso — disse.

Segundo Ademir, outro sintoma da política deliberada do governo em relação ao ensino público superior é o tratamento que tem sido dispensado ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (An-

des-SN), cujo presidente, Roberto Leher, está ameaçado de demissão pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A direção da UFRJ, em "entendimento estapafúrdio e obscurantista corroborado pelo Ministério da Educação", indeferiu o afastamento do professor com manutenção dos direitos trabalhistas, caracterizando o exercício do mandato sindical como abandono de emprego, explicou o senador.

Patrocínio pede iniciativas para aumentar a produção de trigo no país

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu a diversificação das regiões produtoras de trigo e o aumento da produção nacional para diminuir as importações do produto. O senador frisou que esse caminho já foi visualizado nas pesquisas realizadas pela Embrapa.

Patrocínio explicou que a produção de trigo se concentra em países frios, como os Estados Unidos, Canadá e Argentina, mas observou que a Embrapa já desenvolveu experiência, em pequena escala, em regiões quentes, como o cerrado de Goiás e do Distrito Federal, obtendo boa qualidade, produtividade e rentabilidade.

O senador alertou para o fato de que o Brasil importava 7 milhões de toneladas de trigo, passando, este ano, a importar 8,3 milhões de toneladas, o que o coloca como o maior importador mundial do cereal. "Posição pouco inve-



Brasil é o maior importador de trigo, "uma posição pouco invejável", segundo Carlos Patrocínio

jável", segundo Patrocínio, para quem essa situação se deve à falta de investimento do governo no maior estado produtor do país, o Paraná, que também teve sua agricultura castigada pela geada.

Patrocínio informou que os paranaenses encaminharam ao Ministério da Agricultura estudo para o aumento da produção de trigo. O documento destaca que a produção do estado, hoje de 1,5 milhão

de toneladas, poderia crescer, nos próximos anos, para atender até a metade do consumo nacional.

No debate sobre a produção de trigo, disse o parlamentar, todos os aspectos devem ser examinados, mas não se deve esquecer a adequada compatibilização dos interesses dos produtores agrícolas, dos que industrializam o trigo, da economia nacional e dos consumidores.

Jucá saúda modernização dos fundos constitucionais

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) informou que o Ministério da Integração Nacional está promovendo a modernização da administração dos fundos constitucionais, com o objetivo de aprimorar o funcionamento do sistema de incentivos fiscais. As medidas adotadas envolvem investidores, beneficiários, autoridades fiscais e monetárias, setores de planejamento e de desenvolvimento regional, agentes financeiros e a sociedade.

O mais grave problema identificado no processo de incentivos fiscais dos fundos de Investimento da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor), segundo o senador por Roraima, era a alta inadimplência dos projetos beneficiados, devido à inadequação dos critérios de seleção e à fiscalização ineficaz. Isso gerava a paralisação dos projetos e a perda dos investimentos efetuados, interferindo na saúde financeira dos fundos fiscais.

Para resolver esse problema, explicou Romero Jucá, o Ministério da Integração Nacional adotou a possibilidade de conversão de debêntures em ações como única alternativa de resgate, e a liberação casada de recursos, sob autoriza-



Romero Jucá elogia o ministro Fernando Bezerra e o presidente Fernando Henrique Cardoso

ção das entidades de desenvolvimento regional. Também foi determinada maior celeridade na aprovação dos pleitos e na liberação de recursos.

— Além disso, a integração com a Receita Federal deve reduzir drasticamente a ocorrência de fraudes no exercício de direitos de opção, impedindo que, sob o manto do incentivo, estejam embutidas a elisão e a sonegação fiscal — afirmou Jucá. O senador elogiou o ministro Fernando Bezerra e o presidente Fernando Henrique Cardoso por buscarem melhorar a distribuição regional, procurando atender às peculiaridades e potencialidades das diversas regiões.

Agnelo propõe homenagem à presença brasileira na guerra

O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) apresentou projeto denominando "Viaduto Trampolim da Vitória" o viaduto localizado no entroncamento das rodovias BR-101 e BR-304 no município de Parnamirim, no Rio Grande do Norte. A idéia do senador é homenagear a cooperação entre Brasil e Estados Unidos que resultou na instalação de uma base aérea em Natal. A expressão "trampolim para a vitória" foi usada pelo então presidente norte-americano Franklin Roosevelt para designar a base que serviu como ponto de apoio para a invasão aliada à África, que antecedeu o Dia D, como ficou conhecido o dia do desembarque dos aliados na Normandia, na Segunda Guerra Mundial.

O projeto tem sua base jurídica na legislação que disciplina a designação das rodovias do Plano Naci-



Agnelo Alves quer recordar a cooperação entre Brasil e Estados Unidos que resultou na instalação de uma base aérea em Natal

onal de Viação, segundo a qual as estações terminais e trechos de via do sistema nacional de transporte poderão ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou nome de pessoa falecida que haja prestado serviço relevante à nação ou à Humanidade.

Pontes quer aprovar logo fim da cobrança por CPF

Injustiça e contradição. Assim o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) classificou a cobrança de R\$ 4,50 pela emissão do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de quem solicita o documento nas agências da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nas cidades em que não existe unidade da Receita Federal.

— É justamente nos municípios menores e mais pobres do país, onde a Receita Federal não está presente, que as pessoas acabam sendo mais sacrificadas. É também nessas cidades, que são desprovidas de fontes de renda e de geração de empregos, que o cidadão, o pai de família, a dona de casa, o desempregado e os mais carentes são obrigados a pagar pela emissão do CPF ou para fazer qualquer alteração nesse documento — explicou.

Por isso, o senador apresentou projeto estabelecendo a gratuidade do CPF para pessoas carentes e desempregadas. A matéria já foi aprovada em primeiro turno pela Comissão de Assuntos Econômicos, que deverá concluir a apreciação na



Luiz Pontes considera injusta e contraditória a cobrança por CPF nas cidades mais pobres

próxima semana. Caso os senadores confirmem a aprovação, dependerá de votação da Câmara dos Deputados e de sanção presidencial para entrar em vigor.

Luiz Pontes lembrou ainda que o CPF tornou-se o documento civil e comercial mais requisitado em bancos e no comércio, sendo utilizado como principal elemento de identificação e de comprovação de idoneidade do cidadão. “É preciso assegurar a gratuidade do documento a quem não pode pagar a taxa de R\$ 4,50 para ter o CPF. É uma questão de cidadania”, concluiu.

Hartung cobra acordo para votação da Lei de Informática

A falta de previsão para a apreciação em plenário da Lei de Informática levou o líder do PPS, senador Paulo Hartung (ES), a sugerir que as demais lideranças partidárias encontrem uma saída para o impasse entre as bancadas de São Paulo e do Amazonas. Segundo ele, esse impasse está travando a aprovação do projeto e trazendo insegurança ao setor. O senador anunciou ter apresentado emenda de plenário



Paulo Hartung está preocupado com a insegurança no setor de eletroeletrônicos

revogando artigo do projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que proíbe beneficiar com novos incentivos os estados que tenham recebido mais de 50% de incentivos fiscais entre 1996 e 2000.

Para Hartung, são fatores preocupantes a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender incentivos a empresas do setor que atuam fora da Zona Franca de Manaus, a previsão de aumento dos preços de produtos eletroeletrônicos e a projeção de déficit na balança comercial do setor da ordem de US\$ 8 bilhões para o ano que vem.

— A decisão do STF expõe as inseguranças de um setor que exige regras claras e não pode mais ser regulado por medidas provisórias. Nesse momento, o Senado precisa ter a capacidade política de superar as divergências entre as duas bancadas, aprovando uma lei que dê segurança e atraia investimentos ao setor — alertou.

Serviços de saúde do governo podem atender paciente do SUS

Projeto do senador Roberto Freire prevê que assistência hoje restrita aos servidores seja ampliada ao público em geral

Os serviços de saúde mantidos por órgãos da administração pública direta e indireta poderão ampliar sua rede de atendimento, de forma a permitir o acesso da população em geral. A proposta é de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE) e está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Atualmente, a assistência oferecida por essas unidades beneficia apenas servidores e empregados públicos, ocupantes de cargos eletivos, magistrados e seus dependentes. Pelo projeto de Freire, as instituições passariam a atender os demais pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) em condições similares às de sua clientela original, sem diferenciação quanto a



Freire: serviços financiados com recursos públicos funcionam como sistemas privados de saúde

horários de atendimento, serviços prestados e padrão de hotelaria.

Segundo o senador pernambucano, a iniciativa pretende corrigir uma distorção implícita nesses ser-

viços, que, apesar de financiados com recursos públicos, atendem uma clientela específica e funcionam como sistemas privados de saúde. “São um privilégio e afrontam o princípio constitucional da universalidade, ao restringir o acesso a sistemas mantidos com recursos públicos”, afirma.

Ao defender a abertura dos serviços médicos de órgãos públicos a pacientes do SUS, Roberto Freire diz que sua intenção é adequá-los ao preceito de universalização do acesso à saúde previsto na Constituição federal e na Lei Orgânica da Saúde. Por essas legislações, serviços criados, mantidos e operados pela administração pública não devem criar restrições quanto a beneficiários.

Lúcio Alcântara elogia o lançamento de compêndio sobre Aids para legisladores

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou a edição do *Compêndio para Legisladores sobre HIV/Aids, Legislação e Direitos Humanos*, publicado por iniciativa do Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/Aids e da União Interparlamentar. A publicação, afirmou o senador, é o passo inicial em direção à soma e disseminação de informações e experiências de combate à doença.

A publicação cita a constituição de um grupo de parlamentares contra a Aids, no ano passado, na Inglaterra, cujos resultados estimularam a formação de um grupo similar no Brasil. A obra ressalta, segundo o senador, que os parlamentares ocupam lugar estratégico para a garantia dos direitos humanos e do respeito devido a todo cidadão que vive com a Aids direta ou indiretamente.

— As representações populares, com visão ampla e criatividade, devem ser mobilizadas para assegurar que a legislação seja eficiente, no contexto de uma epidemia de tal proporção — afirmou Alcântara.

O senador entende que a edição do compêndio representa ainda uma notável contribuição do Brasil aos países africanos de

língua portuguesa, numa cooperação técnica que já antecipa os primeiros bons resultados. O documento servirá também, avalia Alcântara, para aprofundar a reflexão e a discussão da Aids nas legislações de diferentes países, a partir da discussão do papel da família, da mídia, dos estabelecimentos educacionais, do Estado e da sociedade civil, em busca de conter a epidemia e melhorar a qualidade de vida dos infectados.

Alcântara mencionou a resolução da 99ª Conferência da União Interparlamentar, realizada na Namíbia, que apontou a importância das ações conjuntas das comunidades locais e das organizações internacionais. O documento solicita que os parlamentares assumam o compromisso de contribuir para a realização concreta das medidas de combate à Aids. O compêndio, disse o senador, enfatiza que os parlamentares ocupam posição única para influenciar a opinião pública e liderar ações que conduzam a uma resposta nacional à epidemia. Nesse sentido, o compêndio estabelece rumos e objetivos para a atividade parlamentar, no contexto da Aids no Brasil.

Como exemplo de iniciativa, sugerida pelo compêndio e já



Lúcio Alcântara ressaltou a importância do documento no combate à Aids

em prática no Brasil, é apontada a consolidação de foros interburocráticos, como a agenda de compromisso do Grupo Matricial da Criança e do Adolescente; a legislação referente à notificação e segurança do sangue; a estruturação da rede de direitos humanos e HIV/Aids; a cooperação técnica com organismos internacionais; as experiências de associações com a iniciativa privada; e o engajamento das Forças Armadas e da mídia no combate à epidemia.

O senador ressaltou a importância do documento dentre as orientações do Programa Conjunto da ONU de Combate à Aids.